

Sobre o «património rural»:

Contributos para a clarificação de um conceito

João Emílio Alves *

Resumo É objectivo central deste texto discutir, num plano essencialmente teórico, o conceito de «património rural». Para tal, parte-se de uma abordagem genérica sobre o património num sentido mais amplo, para depois, gradualmente, identificar e analisar as dimensões e indicadores, com tradução empírica, subjacentes àquele conceito. Termina-se esta reflexão tentando perceber e discutir o lugar que o património rural – de acordo com a amplitude conceptual que tentamos aqui demonstrar – ocupa no âmbito de processos de desenvolvimento local, em particular naqueles que tendem a operacionaliza-lo enquanto recurso turístico, favorável às economias rurais.

Palavras-chave: Património rural, aldeias históricas, desenvolvimento local, turismo rural e cultural.

Significados e importância do património para as sociedades contemporâneas: da emergência da consciência patrimonial à sua utilização em projectos de desenvolvimento local.

“Uma nova forma de paixão pelo passado parece caracterizar as sociedades industriais do Ocidente. Tudo se torna património: a arquitectura, as cidades, as paisagens, os edifícios industriais, os equilíbrios ecológicos... O tema suscita um consenso superficial, mas bastante vasto, já que enaltece sem grandes custos diversas atitudes nacionalistas e regionalistas. (...) No entanto, por detrás das boas intenções e do charme dos restos do passado, é preciso ler um sintoma social e descobrir que o mesmo não é tranquilizante... Os governos dos países ocidentais enriqueceram o seu arsenal de propaganda com um novo artifício: a política do património.”

(Marc Guillaume citado por Isac Chiva in Manuela Reis, 1999:78).

É comum apontar a emergência da consciência patrimonial e o reconhecimento do seu valor cultural, enquanto parte da memória social dos grupos sociais, ao período do romantismo, tanto na Europa, como em Portugal, surgindo como reacção ao impacto da Revolução Industrial (Barreiros e Craveiro, 1995:70). A este impacto respondeu-se com a necessidade de preservar a memória dos lugares e de um “saber-fazer” humano em risco de desaparecimento, conduzindo assim à sua sacralização. Esta tomada de consciência prolongou-se ainda pela “legitimação e reforço da identidade das novas nações europeias, imersas durante grande parte do séc. XIX no processo de consolidação política da sociedade burguesa” (idem:70)¹.

* Sociólogo, Assistente do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Escola Superior de Educação de Portalegre. Contacto: joao.emilio@mail.esep.ipportalegre.pt

¹ De acordo com as mesmas autoras e em Portugal, o conceito de património, particularmente o de património cultural construído, conhece uma fase marcante na afirmação da sua importância com a elaboração do primeiro inventário

A internacionalização do tema, relativo ao lugar e à importância da preservação do legado histórico-patrimonial ganha um novo significado em 1931, com a Conferência de Atenas, no âmbito da Sociedade das Nações, dirigindo-se as principais focalizações da temática para directrizes de carácter técnico, orientadas essencialmente para problemas de restauro de edifícios considerados monumentos. Aliás, é sobre a figura do monumento, entendido como objecto singular, que repousa a legislação nacional e internacional nesta matéria. O monumento passa a congregar um conjunto de preocupações relacionadas com a sua importância estética, histórica, sociocultural e simbólica, justificando a necessidade de controlar as transformações no espaço envolvente ao mesmo, entendido mais como “uma potencial ameaça à sua integridade, do que como um possível valor em si, muitas vezes indissociável do próprio monumento” (idem:70).

Efectivamente, estamos ainda um pouco longe do reconhecimento da “cidade histórica”, ou da “aldeia histórica”, enquanto valores patrimoniais de conjunto. Esse reconhecimento, muito embora se tenha desencadeado ainda durante a primeira metade do século XX, na Europa, só viria a conhecer um impulso determinante a partir do pós-guerra, altura em que se assiste à emergência de figuras legislativas marcantes para a consagração dos espaços envolventes aos monumentos igualmente de reconhecido valor histórico e patrimonial. É o caso dos *secteurs sauvegardés* franceses, no princípio da década de sessenta, e da *Carta de Veneza*, realizada no âmbito da UNESCO, em 1964², na qual é consagrado internacionalmente a noção de *sítio urbano ou rural* com valor patrimonial, lançando assim as bases para o reconhecimento, em particular dos centros históricos urbanos, como objectos de salvaguarda patrimonial. A legislação então elaborada começa por ser tributária das normas utilizadas para a gestão do património urbano, circunscrito à figura do monumento, enfatizando desse modo um conceito de conservação que privilegiava mais o valor museológico dos tecidos sociais antigos, do que propriamente a sua dinâmica sócio-cultural, quer se tratasse de contextos urbanos, quer de contextos rurais.

Mais tarde, na década de setenta, emerge uma nova forma de entender o património. Esse novo entendimento constitui-se como resultado de uma crítica ao paradigma de crescimento das economias capitalistas e das cidades, em parte motivado pelas sequelas da crise energética, e simultaneamente, contra os modelos urbanísticos apologistas da expansão e da renovação urbanas. Proporcionados por este contexto social e urbanístico em crise, e a propósito por exemplo das cidades, vão-se consolidando assim os princípios favoráveis ao surgimento de um novo modelo de intervenção no espaço urbano: a reabilitação. Este novo modelo, defensor da salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais, bem como do seu papel na época contemporânea, surge como ideia central e como recomendação do Encontro de Nairobi e posteriormente adoptada pela UNESCO em 1976. O documento de suporte à reabilitação urbana então criado relembra e consagra “o compromisso entre o valor histórico e documental da cidade antiga e o seu valor de uso, isto é, consciente da complexidade da interacção dos centros históricos nas estratégias contemporâneas de gestão e qualificação da cidade” (Choay, F., 1988:170 e seg.).

A procura de novas perspectivas para um modelo alternativo de desenvolvimento, que se seguiu durante os anos oitenta, privilegiando as componentes de ordem qualitativa em detrimento do crescimento urbano standardizado, encontra na reabilitação urbana a base para um novo entendimento do património e da sua respectiva salvaguarda. À perspectiva estritamente museológica é contraposta a visão de “conservação activa”

oficial de monumentos considerados dignos de preservação, em 1891. Esta determinação viria a influenciar as futuras legislações subsequentes, quer durante a Primeira República, quer durante o regime ditatorial do Estado Novo.

² É possível encontrar referências a esta data em Choay, 1988.

(Barreiros e Craveiro, 1995:71), onde para além das preocupações de conservação e restauro surgem associados termos como o de “requalificação urbana”, enquanto dimensão de intervenção fundamental para a própria sobrevivência das sociedades contemporâneas, e em particular das suas cidades.

É também nesta altura que em Portugal se procede a uma actualização conceptual e normativa, no âmbito da legislação portuguesa sobre património, materializada na publicação da Lei 13/85 de 6 de Julho – vulgarmente conhecida como Lei do Património -, integrando as tendências recentes do ponto de vista conceptual e prático relativas ao património. É disso exemplo “a assunção do conceito de conjunto e sítio com valor patrimonial; a criação de um regime fiscal especial para valores patrimoniais na posse de privados (isenção de taxa autárquica); e o recurso à figura do plano de salvaguarda, equivalente tardio *dos secteurs sauvegardés* franceses e das *conservation areas* inglesas” (idem:71). Ponto de discussão permanente até à data³, continua a ser as insuficiências da sua aplicação em virtude da mesma não ter sido ainda objecto de regulamentação. Deste enquadramento institucional e jurídico, com algumas lacunas, decorre que a salvaguarda do património urbano tenha ficado quase exclusivamente sob a responsabilidade da gestão autárquica⁴, que tem monopolizado as acções de reabilitação dos tecidos físicos e sociais urbanos e rurais (embora estes últimos em número mais reduzido), com maior ou menor sucesso e eficácia, dependendo dos casos e das experiências entretanto encetadas, de norte a sul do país.

É desta mudança conceptual (reabilitação urbana) e normativa/jurídica (Lei 13/85) que surge, de forma intimamente relacionada, uma nova assunção do património, agora assumido como um importante vector estratégico, capaz de poder ser rentabilizado enquanto plataforma de desenvolvimento local (em contexto urbano e rural), e cada vez mais tomado em consideração enquanto variável de destaque nas políticas de planeamento e ordenamento territorial. De acordo com Manuela Reis “as políticas culturais de conservação do património tendem hoje cada vez mais a ser, ao mesmo tempo, também políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento” (1999:79). Preservar o património passa assim a beneficiar de um entendimento mais alargado, incorporando a necessidade de reutilizá-lo, animá-lo e devolvê-lo às comunidades de pertença.” De acordo ainda com a mesma autora, “o património deixou há muito de estar apenas confinado ao interesse das elites ou ao dever da protecção do Estado, para passar a integrar, de forma diferenciada, é certo, preocupações de mais vastas camadas sociais”(idem).

Neste sentido, o tema do património em meio rural está agora no cerne de processos de longo fôlego, traduzidos em oportunidades de desenvolvimento tendentes à inversão, ou pelo menos atenuação, dos problemas que ainda, persistentemente, vão configurando o mundo rural, secundarizado em termos de prioridades de investimento nas últimas décadas, em nome de um modelo de desenvolvimento que há muito se encontra em crise. Como escreve Yves Champetier⁵: “quer seja natural ou cultural, paisagístico ou arquitectónico, histórico ou artístico, o rico património dos territórios rurais europeus representa, efectivamente, um recurso a valorizar e a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento”. E continua sublinhando que “para certos territórios o património constitui mesmo por vezes «o recurso em torno do qual poderão articular-se a estratégia de redesenvolvimento e a vontade de forjar uma nova identidade local: É por exemplo o caso das «Terras de Cante» do Alentejo (Portugal), do «Pays de Giono» no sul de França,

³ Ver também as alterações introduzidas a esta Lei, nomeadamente com a Lei 107/2001, de 8 de Setembro.

⁴ Mediante o papel central dos Gabinetes Técnicos Locais (GTLs), financiados em parte pelo Estado e protagonizados por profissionais técnicos de vários quadrantes disciplinares.

⁵ Director do Observatório Europeu LEADER, em 1998.

do GAL «Don Quijote» en Castilla-La Mancha (Espanha), para referir apenas alguns casos” (in LEADER Magazine, nº17, 1998:3).

São múltiplos os exemplos de programas e projectos de desenvolvimento, elaborados, geridos e implementados por Grupos de Acção Local (GAL) que contemplam acções directas a favor do património, espalhados por toda a Europa e recorrendo frequentemente a uma estratégia de acções concertadas e envolvendo diversas parcerias. “Aqui, são aldeias que se renovam, valorizando a sua beleza arquitectónica e melhorando os serviços às populações⁶; ali, são edifícios abandonados que se restauram, para albergar uma nova clientela turística à procura de autenticidade ou para acolher actividades de vanguarda; acolá, são as festas tradicionais que se fazem reviver ou novas festas que se inventam, para uma melhor distração e reforço dos laços entre as populações mas também para valorizar uma identidade renovada, permitindo-lhes uma projecção no futuro” (idem).

Mas, o leque de testemunhos e acções-piloto pode ser ampliado. Vejamos: Vários projectos de desenvolvimento local na Europa, ao abrigo do programa LEADER, têm vindo a mostrar como as zonas rurais em dificuldade procuram – muitas vezes até com sucesso reconhecido – valorizar o passado para construir o futuro. Esta relação não é meramente temporal. Ela reflecte um conjunto de possíveis benefícios para as populações de meios rurais, decorrentes da ligação estabelecida entre património e dinâmica local no sentido em que as acções implementadas neste domínio possam, efectivamente, não só serem entendidas e assimiladas pelas populações locais, mas também materializadas em oportunidades reais de desenvolvimento, por exemplo através da criação de empregos e de novas actividades económicas viáveis⁷. Outros projectos apoiados pelo LEADER desenvolvem-se tendo como pano de fundo novamente o património mas numa óptica de cooperação transfronteiriça entre territórios⁸. Outros há ainda que gravitam em redor do tema «património», mas desta feita, enquanto motivo de solidariedade entre territórios⁹.

Nesta sequência de casos práticos de “operacionalização”¹⁰ do recurso património – em renovação da identidade sociocultural, em prol da dinamização de actividades com alguma sustentabilidade económica, a favor da cooperação transfronteiriça, e ainda ao serviço da solidariedade inter-territórios - em vista ao desenvolvimento de regiões rurais desfavorecidas não esgota o actual significado inerente ao tema do património, embora reforce, indiscutivelmente, a ideia de que o mesmo está realmente no cerne de alguns processos de renovação e transformação de regiões rurais europeias.

Recuperemos novamente a citação de Marc Guillaume que encabeça este artigo. Como refere Manuela Reis “(...) sugere aquela transcrição a dificuldade de delimitação sobre o que deve ou não ser considerado património a preservar. Tal dificuldade coincide com o actual alastramento da noção de património a novas áreas, que ultrapassa a

⁶ Vide «Programa Aldeias Históricas de Portugal» – CCDRC, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, 1999.

⁷ De que são exemplos localidades como a Frísia na Holanda e Barbagia-Baroni na Sardenha (LEADER Magazine, nº17, 1998:3).

⁸ É o caso de quatro grupos LEADER que se juntaram em torno da valorização de uma rota de Santiago de Compostela; um outro projecto, envolvendo dois grupos de acção local da Irlanda e da Escócia, em torno da valorização de abadias geminadas existentes em ambos os territórios; e, por fim, um terceiro projecto protagonizado por vários grupos de acção local da bacia mediterrânica com o objectivo de fomentar uma cooperação para federar sítios da antiga «Grande Grécia», entre outros exemplos, envolvendo vários grupos de acção local e iniciativas em território português (idem).

⁹ Aponta-se neste caso o exemplo de dois grupos LEADER de Úmbria e de Marches em Itália, “regiões abaladas, desde o Outono de 1997, por uma série de sismos que, além de mergulharem estas populações no caos e na precaridade, danificaram gravemente o património cultural e destruíram um grande número de equipamentos construídos com a participação do Programa LEADER. Na sequência deste cenário, os grupos de acção local destas zonas sinistradas convidaram todos os membros da rede LEADER a participar numa campanha de solidariedade em cada um dos territórios envolvidos na iniciativa” (idem).

¹⁰ Itálico nosso.

valorização específica do monumento e passa a integrar outros conjuntos, como centro histórico, património urbano e, mais recentemente, paisagens naturais"¹¹ (1999:79). Porém, se do ponto de vista teórico a ideia de salvaguarda do património já encontra uma aceitação generalizada na ideologia vigente e na opinião pública, já os problemas práticos que decorrem dos processos de salvaguarda e revitalização são alguns e encontram-se por resolver. Um dos exemplos subjacentes a esta situação é o caso dos designados «centros históricos urbanos». Constituindo estes parte integrante da memória social e cultural colectivas das cidades e comunidades, e muito embora a sua defesa encontre aprovação, quer entre os meios políticos, quer entre técnicos especializados, bem como por parte da população de uma maneira genérica (embora não homogeneamente), do ponto de vista urbanístico – como salienta Isabel Guerra et. al. – “o alargamento do conceito de património arquitectónico ao conjunto do edificado (monumentos, edifícios, marcos, ambientes humanos, etc.), tornou mais exigentes, frágeis e complexas as intervenções de requalificação urbana” (1999:2).

Outra leitura decorrente deste alargamento do conceito, prende-se com a «museificação» do património em nome de uma reapropriação do passado por motivos lúdicos ou culturais, ou nas palavras de Manuela Reis, “fazer da história um bem de consumo cultural [como] por exemplo as reconstituições históricas comemorativas ou restauro de aldeias e monumentos postos a funcionar como parques de diversão” (idem:83). Independentemente do tipo de usos que são atribuídos a espaços patrimoniais recuperados, aos quais foram atribuídos funções diferentes das originais, tal não obvia o amplo significado que encerra o património, nomeadamente enquanto “recolocação do passado como objecto de consciência social” (idem). Seguindo ainda a linha de argumentação da autora, esta consciencialização social do património não pode ser dissociada do facto de cada cultura e geração entender o património segundo parâmetros diferentes, quer dizer e parafraseando Manuela Reis, “se admitirmos que cada época, ou cada tradição teórica, elabora a sua concepção de património, não podemos deixar de considerar que da análise das formas de apropriação do mesmo resulta uma leitura esclarecedora das práticas e representações sociais, dos conflitos e dos interesses vários que configuram o sistema de valores e práticas da sociedade. Como sublinha Bourdin, «diz-me como tratas o património, dir-te-ei que sociedade és...»” (idem).

Esta questão envia-nos para um exemplo, o do caso português face à prática de intervenção nos já citados centros históricos urbanos. Segundo o mesmo Alain Bourdin, (in Isabel Guerra et. al., 1999:2-3) o sucesso de uma operação de reabilitação urbana passa pela capacidade de actuação de um conjunto e parceiros em torno de uma mesma causa, o que, justamente no caso português, uma das dificuldades persistentes no sucesso de determinadas iniciativas prende-se com o facto de “se o Estado encoraja a reabilitação e se situa na origem da procura, sem, no entanto, querer verdadeiramente assumi-la, (...) os actores estão praticamente ausentes: criaram-se agências técnicas locais (GTL), pequenos organismos que empregam pessoas muito competentes, mas eles não encontram parceiros, assim não há sistema de reabilitação, o que obriga a passar para outros sistemas, em particular para o jogo político, com as consequências que se imaginam”. Não querendo prolongar a nossa discussão em terrenos de cariz político-ideológico, convém talvez precisar que muitas das iniciativas em torno da revitalização de centros históricos urbanos – mesmo os localizados em regiões rurais, para não perdermos o nosso fio condutor – pecam por um distanciamento entre o conteúdo inerente ao discurso político, assumidamente positivo perante a necessidade de recuperar e preservar os elementos patrimoniais e depois a sua consequente tradução prática em termos de apoio a

¹¹ Ver a este respeito Françoise Choay, 1988.

técnicos especialistas no terreno e a iniciativas de animação dirigidas para espaços patrimoniais, preferindo, não raras vezes, em seu lugar, concretizar acções laterais às constantes nos Planos de Pormenor, na sequência de lutas, interesses e cedências a alguns actores locais¹².

Todavia, compreende-se alguma relutância por parte do poder político no que concerne à presença de uma determinada “euforia” subjacente ao alargamento do conceito de património. Euforia esta que se relaciona com o facto de, à conta da evolução do conceito de património, permitir-se hoje “«patrimonializar» realidades tão distintas e diversas” (Reis, idem:84), com consequências ao nível dos critérios de avaliação do valor e genuinidade inerente a determinados objectos, edifícios, conjuntos, sítios,... Esta «euforia» envia-nos ainda para a constatação de um reconhecido interesse crescente em prol da preservação do património, das tradições culturais, das paisagens naturais. A explicação - ou parte da explicação para esta euforia - estará relacionada com uma curiosidade despertada pelos monumentos e seu significado, bem como sítios histórico-arqueológicos que, a partir de uma consciencialização inicial praticamente cingida a círculos académicos e entusiastas sobre o tema, se expandiu depois a grupos sociais mais alargados, inclusive à própria população em geral. Exemplos disso são a origem e o desenvolvimento do turismo rural – hoje um fenómeno tendencialmente em crescimento – e uma evolução nas políticas culturais de conservação do património que, na opinião de Manuela Reis, “tendem hoje cada vez mais a ser, ao mesmo tempo, também políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento” (idem:79). Citando um outro autor, esta ideia ganha ainda mais consistência quando se nota que – segundo André Chastel – “a noção de património deixou de ser passiva para passar a ser activa: preservar significa ordenar, repovoar, animar” (in Reis, idem, 79)¹³. Neste sentido, constata-se então que o tema património tem vindo a conquistar gradualmente o interesse e a simpatia de mais vastas camadas sociais, ultrapassando os círculos sociais restritos, confinados às elites culturais.

É assim que vamos encontrar sinais da emergência de alguns movimentos de defesa e valorização do património. Movimentos esses que tomam a forma, quer em meio urbano, quer em meio rural, de associações locais, grupos de acção local, colectividades e outros tipos de movimentos, cujo denominador comum radica no facto de serem protagonizados, na generalidade, por cidadãos. Como sublinha a autora que temos vindo a seguir na nossa reflexão, estes movimentos cívicos inscrevem-se num movimento social mais abrangente e caracterizado pela emergência dos chamados “direitos humanos de terceira geração, também designados direitos pós-materialistas, [os quais] têm jogado um papel essencial no alargamento da cidadania e, portanto, na revitalização dos mecanismos de participação política nas sociedades contemporâneas” (Reis, idem:77). É assim que a autora interpreta muitos dos actuais “movimentos de retorno ao passado” como tentativa de resposta ao somatório de acções classificadas como «atentados» ao património, independentemente do tipo e especificidade patrimonial¹⁴.

¹² Sem qualquer pretensão de teorizar acerca da actuação do poder político perante a temática da defesa e preservação do património, quisemos apenas alertar para situações discutíveis neste contexto, apoiando-nos na nossa experiência pessoal e profissional decorrente da passagem por uma autarquia na qualidade de técnico de um GTL.

¹³ Esta ideia surge também num outro estudo, nomeadamente quando se afirma que “o património é um instrumento de ordenamento e sobretudo um instrumento de democracia participativa, de identidade colectiva e de alargamento do campo da consciência (in LEADER Magazine nº8, 1994).

¹⁴ Para alguns autores – caso de A. Giddens, J. Habermas e N. Luhmann – estes movimentos cívicos, constituem um dos efeitos decorrentes das mudanças constantes e das suas consequências menos positivas que o processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico produziram no período imediato ao pós-2ª guerra, mudanças essas que, de acordo com estes autores, são conceptualizadas como a emergência da designada “sociedade de risco”, fenómeno que surge a par do processo de globalização, transversal a vários sectores e quadrantes das sociedades contemporâneas.

É a partir destas reflexões que nos propomos materializar o objectivo central deste artigo: o de procurar reflectir sobre a construção social da noção de «património rural» – preferimos apelar «patrimónios rurais», no plural, dado que nos parece mais correcto, uma vez que este se compõe de uma diversidade de elementos e conotações – em torno de duas balizas conceptuais: as de «património cultural» e «património natural» em redor das quais procuramos desenvolver e compreender o significado da amplitude inerente àquela noção, servindo-nos para tal da orientação teórica apresentada e defendida por Isac Chiva (1995), para quem «património rural» significa um “interface do cultural com o natural num sistema de equilíbrio precário” decorrente – acrescentamos - das transformações das áreas rurais europeias. Procede-se assim ao recenseamento de algumas das dimensões e elementos constituintes da noção de *património rural*, capazes de nos fornecer os contornos mais fecundos daquela noção e da diferenciação que lhe é inerente, partindo para tal de um conjunto de análises e reflexões apoiadas em ensaios teóricos e em pesquisas e diagnósticos empíricos, para, simultaneamente, discutirmos a interpretação conceptual e a sua consequente tradução em termos de projectos, acções e iniciativas, inscritas por exemplo em projectos de desenvolvimento local relacionados com o turismo, particularmente em áreas de matriz rural.

***Património rural* – diversidade subjacente a um conceito plural: elementos, dimensões, exemplos empíricos**

Como se poderá definir o *património rural*? Constituirá uma designação construída a partir de duas dimensões já por si suficientemente abrangentes e conceptualizadas teoricamente («natural» e «cultural») ou encerrará alguma especificidade que lhe seja inerente e portanto capaz de acrescentar elementos novos à temática do património em geral?

Longe de se procurarem respostas aprofundadas para estas interrogações, é nosso intuito orientar este exercício reflexivo apenas para algumas vertentes do tema. Neste sentido, refira-se que a discussão em torno dos significados e dos elementos subjacentes ao património rural – ou a sua percepção como tal – derivam precisamente, pelo menos em parte, de uma evidente consciencialização social em torno da importância, não só memorial e simbólica, mas também agora económica e política, de que o património rural passou a ser alvo. Consciencialização social essa que, como vimos, se inscreve num conjunto de movimentos sociais caracterizados pela defesa dos referidos “direitos humanos de terceira geração” ou “pós-materialistas”, onde está implícito um alargamento da cidadania e, por consequência, uma “revitalização dos mecanismos de participação política nas sociedades contemporâneas” (Reis, 1999:77), as mesmas que projectam agora o mundo rural na esfera pública e dele se apropriam de formas diferentes e com novos objectivos económicos, simbólicos e políticos. Essa apropriação, muito embora não se fazendo em circuito fechado – também já o dissemos – cingido às elites culturais, mas agora alargado a vastas camadas sociais, vai tomando forma com o interesse crescente e depositado na salvaguarda e na revalorização, tanto de grandes obras culturais, como ao nível das designadas culturas populares. A avaliar pela diversidade de movimentos cívicos criados em torno da defesa do património – e designadamente do património rural – como pela relativa recorrência ao tema por parte dos media, a juntar ainda ao interesse académico que o mesmo suscita nos meios científicos, todas estas entidades concorrem para trazer à actualidade o significado, as várias componentes e o real valor simbólico, económico e cultural dos legados históricos que constituem o passado das sociedades actuais.

Se, tomando à letra a expressão habitual nos media e na opinião pública: “o passado é uma re-interpretação para o presente”, ou dito de outra maneira, “as sociedades modernas re-interpretam a tradição” (André Micoud, 1995), o sentido de ambas as expressões conduz-nos ao reconhecimento de que, por exemplo, as regiões e as comunidades rurais, aparentemente inertes, são na realidade sistemas em equilíbrio, complexos mas também instáveis (Isac Chiva, 1995:109), já que, não renunciando à sua característica “natural”, encerram também uma dimensão humana, “fabricada pelo homem” (idem), que, em certas situações, pode pôr em risco o suporte ecológico das próprias sociedades urbanas modernas. Esta consciencialização, materializada por exemplo nas brutais explorações agro-pastorais e consequente esgotamento da capacidade produtiva dos terrenos agrícolas, ou o seu oposto, na forma do abandono de vastas áreas rurais, por não serem competitivas do ponto de vista produtivo, ou por se basearem em sistemas de agricultura familiar em processo de decadência social e económica, a par da desertificação populacional de aldeias e lugares outrora animados por uma cultura popular secular, concorrem, em conjunto, para a degradação das principais características, valências e especificidades do mundo rural. Mas, onde entra então o património rural neste contexto? A resposta passa, inevitavelmente pelo reconhecimento de que, afinal, também ele corre o risco iminente de ver o seu valor secundarizado, quando não perdido, em nome de um suposto processo de desenvolvimento e progresso inerente a um projecto de sociedade vigente¹⁵. Exposta a questão nestes termos, somos levados a reconhecer uma determinada necessidade, e até urgência, em dar atenção a um conjunto de elementos – materiais e imateriais – que compõem o património rural.

Mas, de que património rural falamos? Que elementos concretos e que valores lhe estão subjacentes? Como se podem identificar? Que critérios usar para a classificação desses elementos como património rural? A que pretexto? Que originalidade/genuinidade lhe reconhecemos? Estas e outras interrogações obriga-nos a um esforço de recenseamento de vários exemplos, situações concretas e registos empíricos acerca daquilo que afinal pode constituir e merecer o significado de «património rural» ou de «patrimónios rurais».

Voltemos um pouco atrás para relembrar e clarificar a noção de património em si própria. Esta noção tem vindo a evoluir e as intervenções neste âmbito têm-se desenvolvido, colocando novos problemas e sugerindo novas propostas conceptuais. O significado histórico, cultural e simbólico do património, nas suas dimensões arquitectónica, arqueológica, natural, cultural, e agora também rural - como tende hoje a ser interpretado - a par das potencialidades de uso e fruição que encerram o seu papel na identidade cultural dos sítios e das populações, impõem a tomada de consciência, quer política, quer social, quer ainda económica, da sua salvaguarda e valorização. Contudo e como refere Vítor Matias Ferreira, a problemática do património “está ainda envolta nalguma ambiguidade conceptual, a par de uma nítida ambivalência entre o discurso ideológico e a prática política sobre esta temática” (1998:53). Para uma melhor percepção desta relação, nem sempre convergente, impõe-se uma contextualização histórica, necessariamente breve, mas suficientemente esclarecedora, acerca de alguns dos múltiplos significados construídos em redor do conceito de património, e mais em particular do conceito de património urbano, para depois, de forma mais consistente, analisarmos as várias dimensões e elementos associados ao património rural.

É consensual encontrar uma determinada familiarização com o termo património na sua generalidade. Associamo-lo frequentemente à ideia de “herança” ou à concepção de “bem cultural”, entre outras. Qualquer que seja a leitura deste conceito, tendemos a

¹⁵ Recorde-se o processo travado entre as opções de construção de uma barragem por um lado e a preservação e valorização turística das gravuras rupestres de Foz Côa, por outro lado, em Portugal.

reconhecer-lhe um determinado valor, algo com singularidade e portador de significados inalienáveis, de pertença pessoal, comunitária ou universal. O reconhecimento da sua pertinência, commumente aceite nas sociedades contemporâneas, radica em algo tão antigo que se confunde com um sentimento de posse, que se acumula e transmite de geração em geração. Quer seja património associado a valores materiais - de que é exemplo os imóveis de valor arquitectónico - ou a valores imateriais - testemunhos, histórias, tradições, oralidades - ambas as conotações convergem para uma ligação global à cultura e, portanto, à consolidação de um conjunto de referências sociais e culturais que, paulatinamente, vão moldando a memória colectiva dos grupos sociais.

O significado da memória colectiva associada ao património recobre, efectivamente, esta dupla acepção - material e imaterial - constituindo uma vertente imprescindível na construção e manutenção por exemplo das “identidades colectivas” (Costa, 1999:29), ao mesmo tempo que compõe a denominada “herança social”, transmissível entre gerações. Como escreve Joaquim de Moura Flores “a «herança» é hoje mais «pesada», na medida em que do conceito inicial, que se reduzia aos bens culturais de valor material efectivo, passámos para as heranças que identificam e caracterizam um povo, uma civilização ou até a humanidade. As tradições populares, os rituais, as crenças e todo um conjunto de actos sociais encontram-se também incluídos neste conceito” (1998:11)¹⁶.

Voltando de novo ao património rural, é Isac Chiva quem nos propõe um conjunto de traços fundamentais, na forma de critérios objectivos, passíveis de funcionar como princípios de enquadramento e classificação dos diversos exemplos empíricos como património rural. Em número de quatro, o primeiro aspecto que o autor salienta prende-se com a “diversidade de formas, de objectos, de elementos e escalas de observação inerentes ao espaço rural: de centenas de micro-regiões, de numerosos tipos de arquitectura, cobertos vegetais, climas e recursos” (1995:110). Em certo sentido, este primeiro traço geral avançado pelo autor justifica também a nossa preocupação subjacente à expressão de *patrimónios rurais* - no plural - já que, precisamente, estamos perante um domínio recheado de uma diversidade de elementos naturais e culturais.

Um segundo traço ou critério apontado por Isac Chiva relaciona-se - de forma interligada com o primeiro - com a “heterogeneidade dos elementos constituintes que vão desde os modos de existência materiais aos objectos naturais dominados e designados pelo homem; dos saberes, das técnicas e dos utensílios de construção às maneiras de comunicar e ao imaginário social” (idem).

O terceiro traço fundamental proposto relaciona-se com a “urgência imposta à observação e à intervenção [no património rural], pelos processos incessantes de mudança, de desaparecimento, assim como de criação de bens culturais e naturais” (idem), reforçando a ideia - parece-nos - de se ter em especial atenção o que se perde e o que se ganha com a intervenção nos espaços rurais, tanto ao nível dos processos de transformação que colidem com a existência e permanência de elementos patrimoniais, como inclusive ao nível da criação, por exemplo, de parques naturais (temáticos), e das suas vantagens para as regiões envolventes, do ponto de vista do seu futuro desenvolvimento. Para finalizar, um quarto traço fundamental que o autor sublinha e cuja tónica preponderante reside “na relação íntima com a identidade destas sociedades, - porque [como ele próprio afirma] os bens patrimoniais são, precisamente, aqueles em que os homens se reconhecem a título individual e colectivo: (...) - consideram estes bens ao mesmo tempo significativos para o seu passado e preciosos para o seu futuro. É por isto

¹⁶ Inclui-se nesta acepção o denominado património natural, onde se inscrevem as paisagens e os sítios de reconhecido valor ecológico, estético e memorial.

que o meio rural tem sido um «espaço de vida» e deverá continuar a sê-lo se quisermos conservá-lo” (idem).

Julgamos ganhar aprofundamento analítico ao desenvolvermos um esforço de entendimento do espaço rural e do seu património através de uma observação e de uma análise crítica balizadas precisamente por estes quatro traços fundamentais atrás enunciados. Tanto mais que, como iremos ver, e recuperando o primeiro critério proposto por Chiva, o património rural reflecte necessariamente aquela diversidade de elementos que o constituem e lhe dão visibilidade, permitindo-nos ainda ajudar a operacionalizar o conceito de *património rural*, nomeadamente decompondo-o em dimensões e indicadores suficientemente abrangentes e objectivos. Neste sentido, impõe-se assim proceder a um recenseamento sobre quais os elementos caracterizadores do espaço rural que são passíveis de constituírem parte do seu património, ou por outra palavras, saber afinal do que é que falamos quando nos reportamos ao *património rural*?

Se olharmos actualmente para a Europa rural, podemos encontrar uma gama diversificada de elementos, situações, casos e exemplos englobando: “a fauna e flora selvagens, as paisagens naturais ou modificadas pelo homem, as aldeias e montes que apresentam múltiplas especificidades históricas e arquitectónicas, sob a forma de edifícios mas também de outras obras, como pontes, moinhos de vento ou muros de pedra solta, assim como todo um conjunto de elementos (lavadouros, calvários, etc.) agrupados no termo «pequeno património». A este património físico e construído junta-se tudo o que a história transmitiu, a cultura na sua dimensão imaterial: língua, costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades culinárias, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e os antigos “saber-fazer”. Esta diversidade tem também uma dimensão territorial: cada «região» possui o seu carácter próprio, uma «alma» que faz muitas vezes o orgulho dos habitantes e atrai o visitante exterior” (Michael Dower in LEADER Magazine, nº17, 1998:7-8). Esta longa citação congrega só por si uma multiplicidade de exemplos que, uns mais que outros, justificarão a sua importância social, económica, cultural e simbólica, tanto outrora, enquanto instrumentos e domínios essenciais à vivência das comunidades, como no presente e no futuro, enquanto marcas cruciais de uma cultura geracional que importa preservar, e sobretudo revitalizar em prol do desenvolvimento das regiões rurais que enquadram aqueles elementos.

A listagem de exemplos empíricos que enforma o património rural não se esgota com a transcrição acima. Podemos adicionar ainda outros elementos, alguns dos quais parcialmente já mencionados. Para Isac Chiva, por exemplo, “os elementos constitutivos, ao mesmo tempo culturais e naturais do património rural, agrupam a arquitectura, a organização do habitat, a paisagem, no sentido ecológico do termo, as técnicas e os saberes indispensáveis [à vivência comunitária e à comunicação]” (idem).

Mas, podemos ir ainda mais longe neste esforço de recenseamento de elementos empíricos passíveis de serem interpretados como património rural. Socorremo-nos para tal de mais alguns outros exemplos reunidos numa obra – 20 Valores do Mundo Rural¹⁷ – que expressa de uma forma articulada, e suficientemente aprofundada, a riqueza simbólica, económica e cultural que se reconhece ao mundo rural. Cingimo-nos apenas à enumeração dos 20 valores apresentados, já que a especificação de cada um e a sua análise mais crítica mereceria uma reflexão mais apurada e aprofundada, talvez num outro exercício analítico. Esses vinte valores – correndo algum risco de repetição – congregam

¹⁷ Editada pelo Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural (IEADR), Programa da Iniciativa Comunitária LEADER, Ministério da Agricultura, em 1995, que reúne um conjunto de reflexões em torno dos principais referentes culturais, económicos e simbólicos característicos da realidade rural portuguesa.

situações e elementos como: a *agricultura*, em particular o modelo da agricultura portuguesa, tradicionalmente familiar, que embora caracterizada de pré-moderna, encerra, segundo Boaventura Sousa Santos, uma singularidade nacional capaz de ser re-interpretada em termos pós-modernos no contexto europeu, já que se traduz em modalidades de pluriactividade e plurirendimento, tão importantes para amortecer situações de exclusão e de crise em determinadas conjunturas económicas, como parecem ser os tempos actuais no contexto europeu (AA.VV., 1995:18-21).

Outro valor avançado naquela obra envia-nos para o significado da *aldeia* rural, cuja importância se traduz no facto dela se constituir como uma referência para a compreensão da própria sociedade rural portuguesa. Neste caso, Joaquim Pais de Brito sublinha “a aldeia tem algo de entidade imaginada e mítica, já que a história da sociedade rural se constitui em torno desta forma social, agreste e amena, que marca a paisagem e que, mesmo quando se esvazia de gente, parece lembrar, como testemunho, o microcosmos de gente que lhe deu forma” (idem: 28-31). Também o *artesanato* se encontra entre os 20 valores do mundo rural, relativamente ao qual, a interpretação levada a cabo revê nele e na sua concepção tradicional “a indústria dos tempos pré-modernos: actividade produtiva caracterizada por uma simplicidade de todo o processo que permitia a concentração do mesmo numa só pessoa, desde a concepção e efectivação até à contemplação final da obra, e seu destino” (idem: 38-41), valor este que tem merecido, aliás, uma atenção especial no que concerne aos apoios e à possibilidade de atingir sucesso da parte de algumas iniciativas dirigidas para a rentabilização económica e conquista de mercados no âmbito deste sector. Outro valor inerente ao mundo rural é a *biodiversidade* que as áreas rurais continuam a representar, a qual tem sido objecto de efeitos negativos, e por vezes irrecuperáveis, motivados pela crescente industrialização das sociedades urbanas, com perigos iminentes para a desejada sustentabilidade ecológica e humana (idem: 46-49). Neste conjunto cabe ainda o reconhecimento da *canção popular* como património rural, neste caso património cultural tipicamente rural, relativamente à qual, e como escreve Vitorino de Almeida “ouve-se com frequência dizer que a chamada melodia popular não tem propriamente autor, ou seja: teria sido composta por uma entidade colectiva, a que se dá o nome genérico de povo (..) e tal como o soldado desconhecido, é também muito provável, que esse autor nunca tivesse desejado ser herói...” (idem: 56-59).

Um segundo conjunto de valores do mundo rural engloba por exemplo a *cozinha rural*, tanto na sua dimensão física, espacial, com os traços que a caracterizam, como na dimensão mais ligada aos sabores, o mesmo é dizer à gastronomia. Neste duplo sentido, a cozinha rural ocupa também um lugar referenciável neste grupo de elementos constitutivos do património rural. A este propósito Benjamim Enes Pereira descreve a cozinha como “o compartimento mais importante da casa, onde se centraliza e decorre a vida de relação dos seus moradores, funcionando ainda como lugar privilegiado de convivencialidade mais alargada”. (idem: 66-69) Outro valor, conceptualizado de forma ligeiramente diferente dos anteriores, transporta-nos para o modelo das *famílias agrícolas em termos da diversidade de ocupações e rendimentos* que elas protagonizam. Segundo Carminda Cavaco, “as famílias camponesas foram mantendo economias fortemente autárquicas, com lugar para diferentes artes e ofícios mas de trocas mercantis limitadas. Algumas permutas de bens e de trabalho entre vizinhos e parentes ajudavam a sobrevivência num quadro espacial limitado, do mesmo modo que as estruturas familiares alargadas a várias gerações reforçavam solidariedades e potenciavam o desenvolvimento de actividades não agrícolas nos tempos mortos do calendário agrícola, nas longas noites de Inverno e quando as forças são ainda reduzidas (crianças e jovens) ou começam a fraquejar (idosos)” (idem: 74-79).

Também o *folclore*, ou as danças populares, cabem nesta recensão de elementos que compõem o património rural, fortemente enraizada nos ambientes festivos típicos das paragens rurais, muitas vezes associadas a rituais sagrados e pagãos, como o atesta Isabel Gomes Silvestre: “a festa celebra a alegria do homem e a juventude do mundo, é o voltar ao grande tempo que tudo purifica, actualiza e recria; é ligação com o sagrado, justificador do mundo novo e regenerador do Homem” (idem: 86-89). Por falar em Homem, surge por sugestão de Manuel Belo Moreira, o *Homem Rural* como um valor acrescido do património rural, no sentido da sua capacidade de adaptação e inovação às dificuldades geradas na e pela natureza. Está aqui em causa o domínio imposto pelas comunidades rurais junto dos obstáculos físicos de ordem natural em seu proveito, traduzido na capacidade de adaptação e inovação, que cada vez mais enfrenta novos desafios, desta feita, provocados pelas necessárias inovações económicas, sociais e culturais, influenciadas pelas sociedades e pelo “Homem urbano” (idem: 96-99). Ainda neste grupo de valores associados ao mundo rural e passíveis de constar do leque de elementos tidos como património rural, temos a *hospitalidade rural*, referida inclusive muitas vezes pelos turistas como um dos referentes principais que mais emoção e recordações lhes proporciona, muito embora aquela hospitalidade possa ser confundida e interpretada como sendo uma atitude de subserviência perante os visitantes, a quem se tenta agradar a todo o custo e em nome de uma tradição hospitaleira nacional, como de resto chama a atenção Francisco Sampaio (idem: 106-109).

Segue-se um outro grupo de referentes específicos da vivência rural. São os *jogos tradicionais*, entendidos “como elementos de cultura [que] hão-de necessariamente reflectir a vida do povo, revelando a alma colectiva dos seus costumes, hábitos e técnicas, valores, tendências e superstições, transmitidos oralmente de geração em geração. Estas práticas lúdicas apresentam fortes ligações às lides agrárias e pastoris, à festa e ao sagrado, desenvolvendo-se quase sempre de um modo cíclico ou sazonal, acompanhando o desenrolar dos calendários agrícola, festivo ou religioso” (idem: 116-119). Temos ainda a *medicina popular* que apesar de “se misturar com superstições, ritos e orações a acompanhar, reconhecemos que certos medicamentos caseiros, transmitidos no andar dos séculos, de geração em geração, são eficazes e fazem parte do património cultural do nosso povo” (idem: 126-127). E o que dizer das *mulheres de uma aldeia*, “cujas funções educativas, os cuidados de saúde, de preparação e transformação de alimentos, realizadas a nível doméstico foram, pouco a pouco, saindo da esfera doméstica e disseminadas por instituições diversas. Este processo tendo-se iniciado a nível urbano há muito mais tempo com a entrada das mulheres no mundo assalariado, só muito recentemente se está a operar nos campos” (idem: 136-139).

Nesta linha de importância patrimonial incluir-se-ia também os *museus de agricultura*, cuja criação permitem manter, por um lado, a memória histórica e cultural da sociedade rural, marcada pela rotina de um calendário agrícola – já referido a propósito de outros elementos patrimoniais – e por outro lado, através de exposições temporárias, actualizar os conhecimentos dessa mesma sociedade rural. Como refere Simonetta Luz Afonso, estes núcleos museológicos tendo como pano de fundo e objecto central de interesse a agricultura “poderão (...) ajudar as sociedades rurais a evoluir dentro do equilíbrio da sua interiorização e das mudanças que já se encontram ao seu lado. Será esse fundamentalmente o principal objectivo da criação de um Museu de Agricultura ou de Núcleos Museológicos regionais ou locais (Museus Nucleados)” (idem, 146-149).¹⁸ Mais

¹⁸ Vale a pena fazer referência neste caso a uma experiência levada a cabo em torno da criação de um restaurante-museu em espaço rural dedicado ao arroz e aos processos produtivos a ele associados, numa interessante articulação entre “mesa” e “museu”, reflexo de um modo de vida e de subsistência económica para as populações de uma região do litoral alentejano, na Comporta - Alentejo. Ver a este propósito Pedro Prista, 2000.

uma referência a um outro símbolo do mundo rural. Referimo-nos à especificidade do *ordenamento do espaço rural*, que na opinião de Ilídio Araújo, “numa perspectiva de ordenamento das paisagens humanizadas, o espaço rural não deve ser entendido como um espaço destacado e isolado dos espaços urbanos, porque estes são indispensáveis à sua estruturação e suporte. Por isso, é indispensável, também, que o planeamento das “estruturas” urbanas e das paisagens humanizadas tenha perfeita consciência das relações campo/cidade e das particulares exigências do espaço rural, para que a expansão urbana não seja – como tem sido entre nós, ao contrário do que se pretende – o principal factor de destruição do espaço rural” (idem: 156-161).

Num último grupo de elementos empíricos constitutivos do designado património rural podemos encontrar ainda a organização socioeconómica rural, a paisagem rural, a sabedoria da tradição popular, a solidariedade rural e, por último, o teatro popular. Começando pelo primeiro – a *organização socioeconómica rural*, esta emanou da necessidade de encontrar formas inteligentes de organização e sobrevivência por parte das populações. Assim, são múltiplas as formas de organização socioeconómica que povoam os diferentes espaços rurais, as quais surgiram pelas mais diversas razões, nomeadamente para “superar o isolamento das populações, rentabilizar os factores de produção existentes, superando por exemplo os problemas decorrentes da escassez de mão-de-obra, ou gerindo de forma ordenada o seu excesso; minimizar o grau de incerteza e risco decorrente da actividade agrícola; prestar assistência social aos vivos ou assegurar o respeito à memória dos mortos; etc” (idem: 166-167). No caso da *paisagem rural* - elemento já referenciado atrás – limitamo-nos a recordar a sua importância enquanto factor de equilíbrio ecológico mas também objecto de pertença cultural, cada vez mais defendido perante o perigo das tendências de urbanização e industrialização crescentes (idem: 176-179). Falta-nos especificar o significado patrimonial relativo à *sabedoria da tradição popular*, cujo sentido e pertinência enquanto - também ele - elemento a preservar como património rural, se relaciona com o facto de constituir o saber popular um símbolo cultural, caracterizado pela autenticidade, embora não numa perspectiva exclusivamente de “saudosismo passadista ou conservadorismo romântico” (idem: 186-189). Também neste contexto surge-nos a *solidariedade tipicamente rural*, de raiz familiar e apoiada nas relações de vizinhança, cuja importância e valor deverá ser tido em conta nos “processos de desenvolvimento local, baseados na iniciativa pessoal, individual e colectiva, visando a prevenção e solução de problemas sociais” (idem: 196-199). Por fim, a última referência empírica recai no *teatro popular*. Neste caso e parafraseando Mário Barradas, “as representações teatrais ou as simples manifestações para-teatrais constituíram em todos os tempos, em todas as sociedades, privilegiados pontos de encontro do mito e da invocação, do exorcismo e do prazer lúdico, da imaginação e da criatividade, mas também das memórias e das identidades dos povos” (idem: 206-209).

Com esta longa exposição de casos empíricos, tentou-se dar resposta a um dos desafios que nos propusemos atrás, o qual consistia num esforço de recenseamento dos vários elementos e exemplos de realidades específicas do mundo rural, e que podem constituir alguns dos referentes principais do conceito de *património rural*. Apesar de lhe reconhecermos alguma exaustão de casos e exemplos, não sabemos se este conceito ficará, assim, esgotado em termos da sua tradução empírica. Todavia, e mesmo assumindo esta hipótese, importa rematar o nosso exercício analítico dirigindo a nossa atenção para os resultados esperados das políticas favoráveis à preservação e revitalização de toda esta diversidade de elementos naturais e socioculturais que dão forma e visibilidade ao património rural. Outros ângulos sobre o tema ficarão certamente por abordar, eventualmente a concretizar num outro contexto. Por ora, interessa-nos então avaliar que leituras são possíveis extrair de uma possível aposta na dinamização do

património rural, devidamente enquadrado em programas e projectos de desenvolvimento local e de turismo rural e cultural.

Património rural como recurso turístico ao serviço do desenvolvimento

Como síntese da longa exposição de elementos empíricos que subjazem ao conceito de património rural e lhe dão sentido, sobressaem duas leituras. A primeira relaciona-se com o facto de que quando falamos em *património rural*, este só poderá ser entendido enquanto interface entre o «natural» e o «cultural», ou seja, uma composição de elementos, ora naturais ora culturais, combinados de forma articulada e apelando a uma definição abrangente e plural. A segunda leitura, decorrente da primeira, envia-nos para a necessidade de interpretar esse património rural, como uma componente da sociedade humana em situação de risco, em consequência da crescente urbanização e da sua extensão para as áreas rurais limítrofes. Neste sentido, da articulação ou interface entre a vertente “natural” e a “cultural” decorre não só a especificidade do conceito de *património rural*, como se reclama a urgência em “inventar meios novos e originais, aliando com determinação protecção e valorização dos bens patrimoniais num objectivo de revitalização dos territórios rurais” (Chiva, I., 1995:115).

Surge-nos de novo com importância renovada, à luz do conceito de património e da respectiva abrangência dos seus referentes empíricos, a temática do desenvolvimento local. Mais uma vez, num contexto em que se pretende uma valorização dinâmica, a reutilização dos bens patrimoniais rurais, sugerida em vários programas e projectos de desenvolvimento local, deverá ser enquadrada numa política de organização do espaço rural, na perspectiva de o tornar, cada vez mais, “um bem comum a todos os habitantes, tanto das cidades como dos campos” (idem:116). Esta tomada de posição deverá ainda ter em conta, de forma subjacente, “a evidência segundo a qual o património rural não tem sido mais do que uma continuação de estados temporários de um espaço em permanente mutação” (idem). Afinal, trata-se de procurar uma política de organização do território que leve em linha de conta - numa conjuntura marcada pela diminuição contínua de população activa agrícola, pelo cancelamento da exploração de terrenos agrícolas e pelo aumento dos baldios, correspondendo estes ao abandono de extensas áreas outrora agrícolas - a necessidade de restabelecer um equilíbrio entre o homem, a sociedade e a natureza, elementos que formam uma equação particularmente complexa. Sempre que uma paisagem se degrade, uma povoação se desertifique e se transforme em ruínas, um coberto vegetal se degenere, constituem todos sintomas de um equilíbrio precário, reivindicando-se assim a urgência de uma política de planeamento e ordenamento do território, consentânea com a necessidade de ensaiar fórmulas e iniciativas de desenvolvimento que privilegiem o restabelecimento daquele equilíbrio (ou que, pelo menos, atenuem as consequências negativas geradas pela ausência ou perda do mesmo equilíbrio).

Inerente a estas preocupações está também o ensejo - manifestado por vários quadrantes sociais (academias, associações de defesa do património e do ambiente, “mass-media” e opinião pública,...) – de criar uma política patrimonial ligada a um “grande projecto de sociedade que reconheça um papel essencial do espaço rural, com os seus componentes culturais e naturais na manutenção do grande equilíbrio que se propõe atingir, um ordenamento do território digno desse nome” (Chiva,1995:116). O mesmo é dizer, segundo um outro autor, convergente com a mesma opinião atrás citada, o que está em causa é a necessidade de estimular “uma cultura cívica favorável ao mundo rural, não apenas de forma platónica e nostálgica, mas de um modo pragmaticamente capaz de servir as necessidades de quem aí vive e trabalha” através de “uma articulação eficiente

entre políticas de ordenamento do território e conservação da natureza, de desenvolvimento rural, de desenvolvimento regional e de desenvolvimento urbano, nomeadamente em torno dos conceitos de cidade média e de rede urbana complementar” com o intuito último de promover uma “nova relação rural-urbano” transformando as cidades em pontes efectivas entre as áreas rurais e o mundo exterior” (Ferrão, 2000:53).¹⁹

Nesta linha de discussão, impõe-se uma última pergunta: que lugar ocupa o turismo cultural, e designadamente o turismo rural, neste contexto?

Tendo como ponto de partida o facto de se reconhecer ao turismo – cultural e rural – um papel importante (bem ou mal conseguido, dependendo dos casos) no processo de integração espacial, isto é, de aproximação entre o «urbano» e o «rural», esse mesmo turismo em espaço rural aparece-nos então como um elo mediador também entre o homem e a natureza, forjando uma integração simbólica que contribui para a construção da tal “cultura cívica” que se quer, não apenas nostálgica e contemplativa, mas também e acima de tudo, capaz de ensaiar uma estratégia de mudança e de desenvolvimento que tenha em conta a criação de um protagonismo real por parte das regiões, das suas organizações e dos seus actores locais, numa sociedade cada vez mais global e comandada pelos valores, pela cultura e pelos objectivos – políticos, económicos e sociais – característicos do «modo de vida urbano». É neste contexto que mais uma vez o património, neste caso o património rural, assume um papel relevante.

Se por um lado o turismo ocupa um lugar de destaque nos programas de desenvolvimento regional e rural²⁰, não é menos verdade que o património rural se apresenta como um dos principais e mais emblemáticos símbolos do consumo cultural e turístico das mesmas regiões e localidades rurais²¹. São múltiplas as utilizações do património rural em prol do turismo. Quer as festas e festivais regionais, quer ainda a gastronomia, o artesanato e os sítios arqueológicos, como a transformação de castelos, solares, moinhos e quintas em complexos hoteleiros e pousadas para a juventude, todos estes sinais de reutilização do património rural para outros fins, diferentes dos originais para que alguns deles foram criados, evidenciam uma outra possibilidade de gerar riqueza local, partindo precisamente do que aí existe, dos seus recursos. Claro que, não raras vezes, se detectam utilizações do património rural – bem como de outro qualquer – de forma desajustada e desapropriada, desvirtuando o seu carácter original, só porque assim se favorece a obtenção de lucro económico. Porém, excluindo as situações que se enquadram no cenário atrás descrito, é necessário salientar inúmeras iniciativas que se dedicam à protecção do património rural, apresentando-o de uma maneira viva e honesta, criando inclusive empregos e rendimentos para as populações locais.

Afinal – já não é novidade – o património, entendido enquanto recurso turístico serve os propósitos do desenvolvimento local e sustentável, constituindo ao mesmo tempo a memória colectiva da população e um potencial recurso para o seu futuro. Porém, só quando devidamente planeada e inserida em estratégias integradas de desenvolvimento regional e rural, é que a valorização do património poderá gerar frutos que ultrapassem o mero interesse contemplativo e nostálgico de que o mesmo, apesar de tudo, continua a ser alvo, de uma forma reducionista, escondendo outras virtualidades. Convém ressaltar que tanto o património rural, como o turismo – cultural e rural – não podem, não devem, ser interpretados como as tábuas de salvação do mundo rural, ou por outras palavras, não devem constituir a panaceia para os problemas rurais.

¹⁹ Ver também a este propósito Vítor Matias Ferreira, 2000.

²⁰ Refira-se que mais de 42% dos montantes investidos no âmbito do LEADER I foram dedicados a este sector (LEADER Magazine, nº 17, 1998:10).

²¹ Basta abrir qualquer desdobrável turístico para encontrar referências ao património, convidando o turista a visitar e a consumir.

Aprofundemos um pouco mais esta linha de análise. Num contexto de desenvolvimento local, quer dizer, numa política de intervenção “de «baixo para cima», reivindicando uma ordem mais «localista», na análise das necessidades e de aproveitamento dos recursos” (Ferreira e Guerra, 1994:311), toma forma um conjunto de análises que vêm defendendo a possibilidade de aproveitar o património rural (e não só), para, a partir dele, encetar estratégias de desenvolvimento local, tendentes à criação e sustentação de mais-valias económicas, culturais e sociais, com efeitos positivos para os próprios locais e para as respectivas populações sobre as quais se intervém. Efectivamente, o Conselho da Europa, através da sua Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (1985) – reafirmado mais tarde na Conferência de Cork, em 1996 - refere que “é necessário transmitir um sistema de referências culturais às gerações futuras, melhorar a qualidade de vida urbana e rural, favorecendo em simultâneo o desenvolvimento económico, social e cultural dos Estados e das Regiões” (in Flávio Lopes, 1999). Com esta perspectiva, as “ideias conservacionistas” eventualmente ainda subsistentes e que consideram o progresso como inimigo do património rural (mas também urbano), estão a dar lugar a outras e novas concepções onde a conservação deste tipo de património surge como estimulador do progresso social e económico, o qual por sua vez, reverte a favor do próprio património rural, renovando-lhe a sua utilidade²².

É neste contexto que – como vimos atrás - se assiste actualmente a um aumento significativo do interesse das organizações públicas e privadas relativamente ao património rural, bem como a um aumento dos meios técnicos e financeiros postos à disposição do seu estudo, preservação e divulgação. Nesta linha, atendendo ao seu valor de uso (turístico e não só), o património rural constitui então um desafio económico e social favorecedor do desenvolvimento local, da melhoria da qualidade de vida, estimulando as actividades tradicionais e/ou mesmo o aparecimento de novas actividades. O património rural pode ainda contribuir para a revitalização económica de cidades e vilas próximas, para além das próprias aldeias (históricas), quer pelo número de pessoas que se tem vindo a ocupar do seu estudo, interpretação, salvaguarda e valorização, quer pelas vantagens, directas e indirectas, decorrentes por exemplo do turismo cultural (e rural). Com efeito, o carácter atractivo do património rural tem efeitos benéficos sobre factores diversos, tais como a qualidade ambiental, o incremento da dinamização económico-comercial e a promoção de uma certa imagem de qualidade e de genuinidade associada ao local a que pertence. Nesta perspectiva, a variedade e o carácter genuíno do património rural traduzem-se em riqueza económica e cultural, constituindo-se por isso num pólo de interesse turístico.

Esse interesse turístico recai assim num conjunto de produtos de índole cultural, associados ou designados de *património rural*, que podem assumir múltiplos e variados géneros, como de resto tentámos enumerar o mais especificamente possível, e dos quais destacamos os vestígios arqueológicos, os museus, os monumentos históricos, as habitações, as instalações industriais desactivadas, os costumes populares, os artefactos tradicionais, as rotas gastronómicas e de vinhos, os eventos artísticos, entre tantos outros, passíveis de serem organizados para usufruto, quer das populações residentes, quer de turistas/visitantes. Conforme refere Alberto Marques (1999), o turismo cultural, quando associado correctamente ao património urbano e aos seus usos, “promove a revitalização

²² No caso concreto de Portugal, a generalidade das cidades, vilas e aldeias portuguesas não têm características de centros financeiros ou industriais, grandes mercados de produção agrícola, ou de outras funções altamente competitivas no quadro da globalização que marcam as sociedades contemporâneas. Logo, a competitividade daquelas deve medir-se recorrendo à sua capacidade para atraírem e fixarem quadros superiores, capazes de gerarem dinâmicas de desenvolvimento a partir das vantagens existentes localmente. É assim que surge o ambiente urbano, enquanto uma dessas vantagens competitivas e onde o património rural, enfatizando as características estéticas e harmoniosas da integração do passado com o presente, desempenha um papel insubstituível naquele quadro competitivo global.

de práticas tradicionais e o incremento de uma economia do património que é reforçada pelas actividades empresariais impulsionadas pela procura turística”. Os lugares – urbanos ou rurais – onde se possa apostar numa política de turismo cultural, e qualquer que possa ser o seu nível de desenvolvimento, “ganha uma dinâmica indutora de riqueza, criadora de empregos e conducente à maior prosperidade social e económica” (idem). Porém, tal aposta obriga à definição de uma estratégia de desenvolvimento que se articule com a comunidade e com a identidade sociocultural, histórica e patrimonial dos sítios, e não contra ela, a pretexto de ganhos de produtividade da indústria turística.

Para que o turismo cultural e rural possa ser interpretado como uma estratégia de desenvolvimento local, associado e favorecido pela existência de recursos patrimoniais, é preciso ter em conta alguns pressupostos. Em primeiro lugar, é necessário banir a ideia errónea de que o turismo cultural/rural tudo resolve, uma vez que os produtos que são rentáveis do ponto de vista económico e social num determinado lugar e para uma clientela específica, podem não o ser noutro; em segundo lugar, as actividades turísticas, mesmo as rotuladas como de “turismo cultural”, não devem ser assumidas como finalidades em si mesmas, mas sim constituírem factores geradores de riqueza e de bem-estar para as comunidades; e por fim, a atractibilidade dos lugares e sítios alvos de políticas de desenvolvimento turístico deve assentar na sua genuinidade, que para além de produto turístico apropriável por turistas, deverá ser partilhada e promotora de bem-estar estável aos seus habitantes, com carácter duradouro.

Estas preocupações decorrem da percepção de alguns riscos associados à eventualidade dos lugares e sítios de interesse patrimonial, como é o caso das aldeias históricas, poderem ficar dependentes do turismo (cultural) como único e mais rentável vector de desenvolvimento local, com todos os riscos e probabilidades de servirem como palco para a especulação imobiliária por exemplo. Com efeito, tomando a hipótese de uma cidade, vila ou aldeia, cujo centro histórico se veja transformado em simples “produto turístico”, implica o reconhecimento e a aceitação de alguns riscos tais como a “mumificação das estruturas físicas, o desaparecimento da vida urbana ou rural, a degradação ambiental” e – acrescentamos nós – a especulação imobiliária (Lopes, 1999). É certo que os turistas se apresentam como grandes consumidores de bens e serviços. A sua permanência ou simples passagem pode contribuir para a dinamização de actividades económicas, criando emprego, introduzindo novos hábitos nas comunidades, uma das quais a (re)aproximação das populações ao seu património, quer seja ele localizado em meio urbano como em meio rural, motivando-as para o protegerem, reabilitarem e usarem²³, o que já em si pode significar um resultado positivo.

Efectivamente e como escreve Flávio Lopes, “o turismo pode, e deve, desempenhar um papel relevante na transformação qualitativa da realidade urbanística, económica e social. Porém, os centros históricos [e as aldeias históricas] são realidades demasiado ricas para ficarem limitadas a um simples papel de «atração turística»” (idem). Neste sentido, assume particular acuidade a tomada de consciência que o incremento do turismo deve ter presente as realidades locais (económicas, sociais, culturais e ambientais), bem como os seus valores patrimoniais, pois de outra forma rapidamente se atinge o efeito contrário aos objectivos de uma política de desenvolvimento local sustentável e durável²⁴, dos quais se destaca, por exemplo, a

²³ A visão do turista como “fonte de receita financeira potencial” é um dado importante e incontornável para a afirmação de uma estratégia de desenvolvimento local, por exemplo associado ao recurso “património urbano”, enquanto produto atractivo, numa determinada comunidade ou sítio (Carlos Fortuna, 1995:18), leitura que nos parece perfeitamente adaptável para o caso do património rural.

²⁴ É normalmente aceite que o desenvolvimento durável e sustentável deve respeitar os seguintes princípios: “os bens culturais devem ser utilizados para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos; as estratégias de conservação do património devem ser pluridisciplinares, e devem estar incluídas nos objectivos essenciais do ordenamento do território

excessiva dependência da vida económica local de um só sector de actividade – por exemplo do turismo cultural –, a diminuição da qualidade urbana e ambiental, a descaracterização das identidades sócio-culturais locais, a banalização do significado do património, o florescimento de uma postura de subserviência por parte das populações locais face à importância dos turistas para a economia local, os perigos da desvirtuação e artificialização de ambientes, a degradação física de imóveis e de estruturas arqueológicas, entre outros riscos.

As alterações económicas, sociais e culturais suscitadas por uma aposta no turismo cultural, enquanto vector de desenvolvimento local, podem proporcionar efeitos positivos no mercado local, criando postos de trabalho directa ou indirectamente. No que concerne ao património rural, nas situações em que este é contemplado nas estratégias de desenvolvimento local, em íntima associação com o turismo cultural, os efeitos positivos proporcionados por este último podem desdobrar-se em várias frentes, favorecendo, por exemplo, a manutenção dos saberes tradicionais, quer sejam aplicados à conservação e restauro do património, quer à renovação do artesanato tradicional, que ganha assim novas oportunidades de comércio e novos mercados de referência. É um facto que o turismo cultural, quando inserido em estratégias de desenvolvimento local, de duração sustentável, pode revalorizar os recursos culturais locais, incluindo obviamente os patrimoniais, sobretudo aqueles que se encontram em risco de deterioração ou desaparecimento da memória social das comunidades e dos lugares. Porém, há que ter em conta a necessidade de saber medir e conter os “excessos”, quer dizer, os efeitos nefastos decorrentes, por exemplo, de uma afluência turística massiva e desorganizada, que pode provocar variações nos modelos culturais e nos modos de comportamento das populações autóctones, pondo desse modo em risco os factores de atractibilidade originais. A este propósito escreve Flávio Lopes – “o modelo tradicional de desenvolvimento turístico, aplicado nas décadas passadas, baseado no sol e na praia, não pode ser aplicado à fruição do património cultural” (idem), leitura que, em nosso entender, tem grande cabimento se a aplicarmos também ao contexto rural.

Chegados a este ponto da nossa reflexão, parece óbvio reconhecer ao turismo cultural e rural uma importância e um desafio inevitável para a continuidade da revalorização do património, entendido em todas as suas acepções: urbano, cultural, natural, arquitectónico, arqueológico, ...e, claro está, rural. Esta convicção assume maior pertinência num contexto social que, marcado pelas circunstâncias de uma era global, parece reconhecer cada vez mais o valor intrínseco do património e de um fascínio das cidades, vilas e aldeias que, como escreve Carlos Fortuna – “surge aliado, como nunca, à sua temporalidade e, por isso, [o património] é uma das principais atracções turísticas dos nossos dias (...), aqui radica por exemplo, a revalorização do significado e da função estética das ruínas, não apenas como elemento da identidade dos sítios, mas igualmente como sinal da relação que os indivíduos estabelecem com eles” (1995:25-26). Tal significa que, ainda no contexto da globalização, o que torna singular os espaços, sejam eles, agora, urbanos ou rurais – é a sua singularidade, cujo conteúdo está a deslocar-se, parcialmente, para os seus valores histórico-patrimoniais (idem:25).

Todavia, convém sublinhar que a política de salvaguarda e valorização do património não pode ser desenvolvida por se tratar apenas de um recurso turístico, nem pode, analogamente, servir como pretexto e base de apoio para o desenvolvimento de

e da protecção ambiental; as perspectivas de desenvolvimento durável exigem um exame profundo dos princípios de utilização do património, encorajando as utilizações tradicionais dos imóveis, mesmo daqueles cujo valor intrínseco não justifique uma protecção jurídica directa através da classificação mas que apresentam um valor de acompanhamento do ponto de vista do ambiente urbano e rural; o futuro físico do património depende, em grande parte, da nossa capacidade para manter as técnicas e os materiais tradicionais” (Lopes, 1999).

atitudes nostálgicas de evocação do passado, em prol de argumentos de pendor ideológico e nacionalista sobre a nossa identidade histórica. Do mesmo modo, para que o turismo cultural, e designadamente o turismo rural – pela mão dos seus promotores - seja reconhecido como um vector de valorização patrimonial e, simultaneamente, encorajador de estratégias de desenvolvimento local, deverá demonstrar que não tem que ser um predador de recursos e de valores patrimoniais, mas, antes pelo contrário, deverá constituir um potencial veículo da sua revalorização e promoção, tendo por objectivo o bem-estar das gerações actuais e futuras, ou seja dos que dele usufruem e dos que por direito histórico e cultural, devem continuar a usufruir. Em suma, tendo em conta que o património se afigura hoje como “um símbolo do passado com o qual o presente pretende estabelecer uma continuidade perdida” (Flores, 1998:17), tudo o que se procura é restabelecer os laços entre o passado e o presente, recuperando assim parte da sustentabilidade e da qualidade perdida, reafirmando desse modo a intemporalidade que o caracteriza, no sentido de possuir e transmitir algo de valor, de geração em geração.

Neste sentido, o turismo cultural e rural, enquanto possíveis estratégias de desenvolvimento local, representam assim, apesar das limitações e dos efeitos menos positivos que também lhes estão associados, o modelo e a política de intervenção no património em geral e no património rural em particular, que melhor garantem as possibilidades da sua salvaguarda e valorização, numa época em que as sociedades contemporâneas estão sujeitas cada vez mais às circunstâncias e aos efeitos da globalização, tendencialmente uniformizadores e aglutinadores das singularidades nacionais, regionais, urbanas e, obviamente, rurais.

Bibliografia

AAVV (1988), *La Terre: Succession et Héritage*, *Études Rurales*, nº 110-111-112, Paris, Éditions de L'École de Hautes Études en Sciences Sociales.

AAVV (1995), *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa, Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural (IEADR), Programa da Iniciativa Comunitária LEADER, Ministério da Agricultura.

AAVV (2001), *Efeitos Sociais do Património à Escala Local*, Seminário a 27-28 Abril, Mértola, Rede de Centros Históricos de Influência Islâmica.

ALVES, João Emílio (2002), *Património rural e desenvolvimento: Do discurso institucional às dinâmicas locais. O programa Revitalização de aldeias e vilas históricas da região Alentejo*, Lisboa, ISCTE, (Dissertação de Mestrado).

BOUILLON, Didier “Le Paysage: Un Patrimoine à Gérer” in *Études Rurales*, nº 121-124, Paris, Éditions de L'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 197-205.

CALADO Maria (Coord.) (S/d), *Aldeias Históricas. Estudo sobre o património cultural e natural na perspectiva da sua valorização turística*, Centro Nacional de Cultura.

CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo (1999), *Projecto Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*, Documento de trabalho.

CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (1999), *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*, (ed. original de 1998).

CHAMPAGNE, Patrick (1987), “Capital Culturel et Patrimoine Économique: Le cas de L'Agriculture Bressanne”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 69, Setembro, 51-66.

CHIVA, Isac (1995) “Patrimoines culturel, naturel et aménagement du territoire rural” in ÉCOLE NATIONAL DU PATRIMOINE, *Patrimoine Culturel, Patrimoine Naturel*, Paris: La Documentation Française, 108-117.

CHOAY, Françoise (1988), *L’Allegorie du patrimoine*, Paris, PUF.

CLOAREC, Jacques (1995), “Le Paysage entre nature e culture”, in ÉCOLE NATIONAL DU PATRIMOINE, *Patrimoine Culturel, Patrimoine Naturel*, Paris: La Documentation Française, 81-89.

COSTA, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro, Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora.

DUHAMELLE, Christophe (1994), “L’Héritage Collectif: vocation, patrimoine et famille, dans la noblesse rhénane aux XVII et XVIII siècles” in Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº105, Décembre, 37-45.

FERRÃO, João (2000), “Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução histórica, Situação actual e Pistas para o futuro” *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 33, CIES, Celta Editora.

FERREIRA, Vítor Matias; **GUERRA**, Isabel (1994), “Identidades Sociais e Estratégias Locais” in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 299-319.

FERREIRA, Vítor Matias (1998), “Património Urbano. A memória da Cidade” in *Urbanidade e Património*, Lisboa, IGAPHE/URBE, 53-61.

FERREIRA, Vítor Matias (2000), “Cidade e Democracia: Ambiente, Património e Espaço Público” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 1, Lisboa, CET/ISCTE, 9-35.

FLORES, Joaquim de Moura (1998), “«Património». Do Monumento ao Território Urbano” in *Urbanidade e Património*, Lisboa, IGAPHE/URBE, 11-17.

FORTUNA, Carlos (1995), “Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana: Percurso teórico, com paragens breves em Évora e Coimbra” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, Coimbra, CES.

GUERRA, Isabel (1999), *A Baixa Pombalina, diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores*, Oeiras, Celta Editora.

LEADER MAGAZINE, Revista Trimestral do Programa Europeu LEADER II, nºs 8, 13, 17,22.

LOPES, Flávio (1999), “Turismo Cultural. Um desafio económico, cultural e social” in *Separata do Correio do Turismo*, nº 6.

MARQUES, Alberto (1999), “Turismo Cultural. Desenvolvimento turístico e oportunidades de negócio” in *Separata do Correio do Turismo*, nº 6.

MICOUD, André (1995), “Le Bien Commun des Patrimoines” in ÉCOLE NATIONAL DU PATRIMOINE, *Patrimoine Culturel, Patrimoine Naturel*, Paris: La Documentation Française, 25-38.

NORA, P. (1986), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard.

PRISTA, Pedro (2000), “Esboço de um projecto de Reabilitação Museológica do Restaurante “Museu do Arroz” na Comporta”, in *Territórios Alternativos*, nº 1, Grândola.

REIS, Manuela (1999), “Cidadania e Património. Notas de uma pesquisa sociológica” in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº29, Oeiras, CIES/CELTA, 77-94.

S/A (1999) “O Património Cultural é uma questão de cidadania – entrevista com Manuel Maria Carrilho” in *Centros Históricos*, Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico, nº 1, II Série, Outubro/Dezembro.